

Origens do trotskismo no Brasil

CARLOS EDUARDO REBELLO DE MENDONÇA

À minha amiga Ines Patrício

INTRODUÇÃO

O processo de constituição da Oposição de Esquerda (trotskista) no interior do movimento comunista foi um processo relativamente longo que, começando logo após a morte de Lênin, como uma oposição aos métodos burocrático-autoritários utilizados por Stálin na organização administrativa do partido russo, terminou por cristalizar-se numa fratura em praticamente todas as seções nacionais da Internacional Comunista. Essa fratura formou-se, principalmente, em torno das teses apresentadas pela oposição quanto ao caráter final necessariamente socialista de todas as revoluções nacionais (teoria da revolução permanente), decorrente da fusão, também necessária, desses diversos movimentos revolucionários nacionais num único movimento socialista mundial, do qual o movimento trotskista viria a constituir a base política (o “Partido Mundial da Revolução Socialista”). Tais visões foram sistematizadas em oposição à tese stalinista da viabilidade da construção do “Socialismo num país”, a qual se fundava na idéia de que a simples emulação econômica entre os campos socialista e capitalista – onde a superioridade da economia centralmente planejada far-se-ia sentir no longo prazo – bastaria, por si só, para gradualmente atrair ao campo socialista aliados políticos que garantiriam a sua vitória final sem a necessidade de um movimento revolucionário internacional.

A tese stalinista partia da idéia de que, de certo modo, as revoluções “nacional-libertadoras” promovidas pelas burguesias dos países atrasados contra a dominação imperialista seriam de alguma maneira *suficientes* para assegurar a transição – pacífica e de longo prazo – para o socialismo (tanto que os adeptos dessa teoria jamais avançaram qualquer formulação sobre quando e como, uma vez completada a etapa nacional-libertadora da revolução, deveriam os países atrasados realizar a sua revolução socialista). Pois o que a concepção stalinista parecia supor era que, uma vez concluído o ciclo das revoluções nacional-libertado-

ras, a ordem política dos países atrasados deslizaria imperceptivelmente em direção ao socialismo, e a partir daí o cerco das sociedades capitalistas avançadas estaria concluído, na medida em que estas não poderiam reproduzir-se economicamente sem contar com os recursos por elas extraídos, através de suas camarilhas de agentes compradores, das economias atrasadas...

Coloque-se a questão da seguinte forma: a teorização stalinista padrão parte da profunda insatisfação que o “atraso” econômico suscita na vida social e política dos países atrasados, sob a forma de uma dolorosa constatação da condição de heteronomia, de subjugação a interesses econômicos externos e formas de mando autoritárias externas, de privação prática de direitos sociais e políticos, a que está de fato sujeita a imensa maioria da população dessas sociedades. Supõe-se então que tal condição de subjugação deriva, fundamentalmente, da já referida dominação econômica *externa*, exercida sobre a sociedade atrasada por uma pequena camada de agentes nacionais de uma dominação imperialista internacional. Nesse sentido, a revolução nacional-libertadora, “primeira etapa” do processo que levará à revolução socialista, de certa forma *já é a própria revolução socialista*, pois, estabelecendo a república democrática e liberando a economia nacional da dominação estrangeira, prepara a base material de um processo de desenvolvimento econômico a partir do qual as demandas por direitos sociais ampliados pressionam de forma que o pluralismo democrático atue no sentido de uma gestão coletiva da produção e repartição dos frutos do desenvolvimento econômico. A segunda etapa do processo revolucionário – a etapa puramente socialista – fica subsumida no interior da primeira etapa, a ponto de ficar reduzida à insignificância, a uma verdadeira não-existência. Pois o stalinismo toma, do marxismo economicista do fim do século XIX – do qual ele de certa forma é o herdeiro – que a transformação socialista da sociedade, mais do que ser o reflexo político do processo de desenvolvimento econômico, de fato confunde-se com esse mesmo processo de desenvolvimento; *é esse processo*. E daí a supina indiferença com a qual, desde as origens, essa variedade de socialismo trata o problema dos seus métodos autoritários de organização, ou da constituição das formas políticas de uma democracia

socialista; pois, para ela, tudo se reduz à idéia de um simples pragmatismo econômico, em que todos os problemas de construção de uma sociedade e de uma política ficam subsumidos ao desenvolvimento das forças produtivas. Precisamente por isso é que o stalinismo deveria, nas circunstâncias históricas do fim do século XX, dissolver-se no interior do neoliberalismo.

De fato, o stalinismo, de uma certa forma, representava a verdadeira ortodoxia marxista — nos termos em que essa ortodoxia se tinha constituído nos finais do século XIX —, na medida em que essa ortodoxia confundia desenvolvimento econômico e desenvolvimento político num único processo. Segundo essa ortodoxia, na medida em que “o ser social determina a consciência”, o desenvolvimento econômico implicaria necessariamente que os diversos sujeitos de classe, na medida em que aumentam as suas possibilidades de acesso a recursos econômicos, ganhariam condições de afirmar seus interesses econômicos e sociais próprios no interior da arena política. Na medida em que os atores das classes subordinadas vão sendo mobilizados pelo processo de desenvolvimento econômico para posições mais em evidência no processo produtivo, ganhariam em poder de barganha quanto às suas reivindicações de direitos políticos e sociais. Para tal interpretação, portanto, desenvolvimento econômico e democratização política seriam um único e mesmo processo, pois a luta por direitos e franquias políticas derivaria inevitavelmente da luta por direitos sociais específicos. Explica-se aí o porquê de uma certa adaptabilidade de alguns setores das esquerdas latino-americanas, em geral, e brasileira, em particular, ao processo de globalização, tomado única e exclusivamente na sua dimensão econômica e tecnológica. Se se reduz o processo de transformação social ao desenvolvimento das forças produtivas, tender-se-á a fetichizar a “globalização”, já que o que dela se verá será apenas um processo de aceleração da mudança técnica, do desenvolvimento científico e da competição e da produtividade — processo esse entendido como necessariamente gerando possibilidades ampliadas de acessos a oportunidades econômicas que deveriam refletir-se em oportunidades igualmente ampliadas de reconhecimento e afirmação de interesses sociais na arena política.

O problema fundamental da esquerda marxista latino-americana, no decorrer da sua trajetória histórica — problema que vai ganhando acuidade conforme os pressupostos da ortodoxia stalinista são desmentidos pela própria história contemporânea —, estaria precisamente em explicar o porquê de o desenvolvimento

econômico, na América Latina e no Brasil, jamais ter gerado nada semelhante a um desenvolvimento unívoco no sentido de uma aquisição de direitos sociais e políticos por parte das classes populares, mas sim ter atuado como base para um processo de oligarquização duradoura da vida política através da formação de um interesse burguês entrincheirado no interior do aparato burocrático do Estado e com ele confundido, seja por meio de formas institucionais declaradamente autocráticas (no caso brasileiro, o Estado Novo e a ditadura militar), seja por meio de um ordenamento constitucional de tipo liberal-democrático, em que, no entanto, a iniciativa da atividade política se manteve firmemente nas mãos das instâncias políticas diretamente associadas ao interesse burguês.

Temos então, aqui, o eixo em torno do qual deveria constituir-se a Oposição de Esquerda, de oposição às práticas autoritárias do secretário-geral do Partido Bolchevique à constituição do “Partido Mundial da Revolução Socialista”. Fundamentalmente, esse eixo encontra-se na necessidade de estabelecer instrumentos *políticos* através dos quais a classe operária — classe coletivizante por excelência — possa *administrar em seu favor o processo de desenvolvimento material da sociedade e transmitir-lhe um cunho especificamente socialista*. Trata-se de tomar a política marxista não como teorização *ex post* sobre os eventos ocorridos na estratosfera da economia e sociologia, mas como instrumento determinante do sentido social deste processo de desenvolvimento, *ex ante*:

O proletariado não se iludirá, pois só ele, como classe verdadeiramente revolucionária e pelo caráter internacional da luta que trava contra a burguesia, pode lutar pela liberdade, pela democracia. Só o proletariado pode lutar pelas reivindicações democráticas, pois só ele tem interesse vital na conquista da democracia.¹

Ou, em outras palavras: a forma pela qual as divergências em nível internacional entre stalinistas e trotskistas serão refratadas, no caso nacional brasileiro, dirá respeito, fundamentalmente, à forma que a esquerda marxista encontrará de lidar com a consciência dolorosa de que o processo efetivo de desenvolvimento econômico capitalista inegável realizado no Brasil no decorrer do século XX não irá traduzir-se, automaticamente, em maiores oportunidades de desenvolvimento das condições de afirmação dos interesses sociais próprios das classes populares no interior de uma estrutura política que tenderia a democratizar-se; mas que, muito pelo contrário, o desenvolvimento econômico tenderia a entrincheirar os interesses capitalistas

no aparato de Estado, a partir do qual insistiria em desesperadamente controlar o movimento real da sociedade, preservando tal controle, não só de qualquer partilha real com as classes subalternas, mas até mesmo de qualquer possibilidade de partilha. Para os autores stalinistas – que têm tanta consciência dessa contradição como os trotskistas – trata-se de uma anomalia herdada do passado atrasado, que estaria sempre na iminência de ser resolvida por via da acumulação de forças pelas classes populares propiciada pelo desenvolvimento econômico. Para os trotskistas, tal anomalia expressaria uma característica ontológica da articulação entre economia e política nas sociedades capitalistas atrasadas: o desenvolvimento desigual e combinado.

A tese stalinista partia da idéia de que, de certo modo, as revoluções “nacional-libertadoras” promovidas pelas burguesias dos países atrasados contra a dominação imperialista seriam de alguma maneira *suficientes* para assegurar a transição – pacífica e de longo prazo – para o socialismo (tanto que os adeptos dessa teoria jamais avançaram qualquer formulação sobre quando e como, uma vez completada a etapa nacional-libertadora da revolução, deveriam os países atrasados realizar a sua revolução socialista).

O TROTSKISMO NO BRASIL

Em 1927, Mário Pedrosa, jovem militante comunista brasileiro que já se havia interessado pela literatura trotskista no país, viaja a Moscou para freqüentar um curso de formação teórica mantido pela III Internacio-

nal. Tendo, no entanto, contraído uma doença venérea em Berlim, associada a uma condição tuberculosa, retém-se por algum tempo na Alemanha, onde é informado da expulsão dos chefes da “Oposição Unificada” de Trotski e Zinoviev, do Partido Comunista Russo. Considerando, em vista disso, que as possibilidades de realização de um trabalho político sério na União Soviética eram impraticáveis,² resolve permanecer na Europa ocidental, onde realizou contatos com o grupo trotskista francês organizado em torno de Pierre Naville. Retornando ao Brasil, entrou em contato com o Secretariado Internacional da Oposição de Esquerda (i. e. Trotski), que se organizava internacionalmente na época como uma facção dissidente do movimento comunista, que tentava regenerar do exterior (a organização de um movimento efetivamente trotskista, como um partido à parte, só seria tentada em 1933, quando a passividade da III Internacional stalinista diante da tomada do poder por Hitler na Alemanha levou Trotski a considerar que os partidos comunistas stalinizados eram irrecuperáveis). A partir desse contato, constitui-se o grupo brasileiro da oposição de esquerda, inicialmente denominada Grupo Comunista Lenine e, logo após, em 1930, Liga Comunista Internacionalista. Esse grupo, demasiado pequeno para realizar uma atividade sustentada de militância política, concentrou desde o início sua atividade no trabalho literário de Pedrosa e de seus amigos Lívio Xavier e Aristides Lobo. É desta atividade teórica de crítica às posições do PC, realizadas principalmente no jornal clandestino da oposição brasileira, *A Luta de Classes*, que se pode hoje sistematizar as posições da LCI.

O problema fundamental do trotskismo brasileiro encontra-se sobretudo na sua apreciação das características fundamentais da Era Vargas, e muito especialmente quanto a três problemas relativos ao regime instituído pela Revolução de 1930: sua política sindical, sua posição diante dos interesses capitalistas externos, e seu caráter de classe em geral.

Problemas sindicais

O ato fundador mais remoto da oposição da esquerda no Brasil encontra-se, precisamente, num episódio menor da vida sindical da República Velha: durante as discussões da Lei de Férias, em 1928, o PCB tentou realizar uma campanha de desmascaramento de um certo José Pereira de Oliveira (“Zé Doutor”), sindicalista amarelo influente no sindicato dos têxteis no Rio de Janeiro. Para tal, organizou um encontro na União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) em 14-02-1928, o

qual foi dissolvido pela polícia com quatro mortos, seis feridos e várias prisões. Segundo os autores comunistas, foi exatamente ao ter acusado o PCB de haver tentado mais organizar um *happening* aventureiro, expondo os sindicalistas à repressão policial, e não um trabalho sério de organização, que a futura oposição trotskista pôde começar a se cristalizar em torno de Rodolpho Coutinho, que já se havia colocado contra o projeto de aliança do PC do B com o então “tenente” Luís Carlos Prestes em 1927.³

Episódio bem mesquinho, como lembram os mesmos autores do PCB;⁴ por detrás dessa pequenez, no entanto, colocava-se uma questão de princípio, no entender dos trotskistas.

Deve-se lembrar que, na época, a III Internacional stalinizada havia formulado a famosa teoria do “terceiro período”, segundo a qual a crise da economia capitalista mundial nos anos 20 impeliria a uma radicalização política irresistível do proletariado internacional, que tornaria inteiramente dispensáveis alianças com setores políticos economicistas e/ou reformistas das esquerdas, e, muito especialmente, com a social-democracia, em nível internacional (“social-fascistas”), mas também com qualquer tipo de sindicalismo oficial, “amarelo” e/ou de negócios. Para os stalinistas, na conjuntura de radicalização inevitável do período, incumbiria aos comunistas formularem, na luta política, seus princípios; mas, cedo ou tarde, a classe operária os seguiria. Para os trotskistas, esse curso de ação era fundamentalmente errôneo, na medida em que tinha como dado aquilo que ainda precisava ser conseguido: a consciência de um interesse de classe por parte de uma classe operária de expressão reduzida e desorganizada, cuja única oportunidade de fazer vida política e desenvolver tal consciência, no momento, encontrava-se nos sindicatos efetivamente existentes, ainda que “amarelos”. Para os trotskistas, o suposto principismo dos stalinistas, longe de elevar o nível de consciência política da classe operária, de fato determinava que os comunistas acabassem por fazer a sua política nos mesmos termos oligárquicos dos demais atores políticos da República Velha. No episódio do desmascaramento de “Zé Doutor” como alcagüete da polícia, teria ficado evidente que o PCB estava disposto, para obter um ganho em prestígio político, a expor os sindicatos à repressão policial, que seria a consequência inevitável da sua atividade pública. Em outras palavras, a atividade sindical do partido levava em conta os interesses políticos imediatos da cúpula partidária, e só dela; o partido desejava apenas acumular um capital de prestígio e não encaminhar as reivindicações concretas dos

operários – muito especialmente dos operários sem partido, cuja simpatia o partido deveria angariar. Mas o partido, já stalinizado, ao não reconhecer a necessidade de um processo de organização relativamente longo, acabava de fato renunciando a representar os interesses da classe operária como um todo – para o que deveria organizar sua estratégia política através das reivindicações consensuais da mesma classe; o que acabava realizando era a política de um *segmento* da classe operária – a burocracia partidária – que se arrogava o direito de fazer a *sua* política em nome da classe como um todo. O resultado real de tal política seria que a imensa maioria da classe operária permaneceria num estado desorganizado, desprovido de recursos institucionais que lhe permitissem realizar a sua política.

O problema fundamental do trotskismo brasileiro encontra-se sobretudo na sua apreciação das características fundamentais da Era Vargas, e muito especialmente quanto a três problemas relativos ao regime instituído pela Revolução de 1930: sua política sindical, sua posição diante dos interesses capitalistas externos, e seu caráter de classe em geral.

E, assim, política sindical e política de alianças do PCB formavam um conjunto perfeitamente articulado, nesse final dos anos 20. Pois, apesar da fraseologia revolucionária, o PCB acabava, de fato, por se inserir, enquanto cúpula partidária, no jogo político da época como um interesse setorial a mais; daí as alianças pretendidas com a ala esquerda do tenentismo. O sistema político da República Velha tinha como característica a lógica da exclusão; só participam do aparato de Estado os interesses setoriais diretamente cooptados pela oligarquia – mesmo que sejam setores da própria classe social de latifundiários de onde a oligarquia se origina. Nesse sentido, o tenentismo nada mais era do que uma tentativa de determinados grupos conjunturalmente definidos – jovens oficiais, elementos

periféricos das oligarquias, etc. — de conseguirem forçar o acesso ao jogo político ativo. Ao recusar-se a considerar a questão da organização preliminar mínima da classe operária e esperar uma radicalização espontânea do operariado como reflexo da crise econômica global, o PCB acabava por operar na vida política da época orientado por essa mesma lógica elitista dos agrupamentos políticos burgueses e pequeno-burgueses; muito especialmente devido a que, longe de originar-se de um movimento de massa da classe operária, era um agrupamento de excêntricos que se definiam a si mesmos apenas em função de sua situação de exclusão da grande política e do seu desejo de a superarem. Na caracterização de Aristides Lobo em 1930:

Há bem pouco tempo, era esta a composição social da “direção” do Partido do proletariado: um jornalista [Astrojildo Pereira], um farmacêutico [Octavio Brandão], um advogado [Paulo Lacerda], dois médicos [Leôncio Basbaum e Fernando Lacerda], um guardalivros [Cristiano Cordeiro] e alguns elementos da chamada “aristocracia operária”. Foi essa “direção” que [...] cometeu toda a série de atentados ao marxismo que já se conhecem e mal se confessam. Foi ela a autora [...] da “aliança política e ideológica” com os militares rebeldes, a quem chamava “pequena burguesia revolucionária” [...] Foi ela, ainda, que enviou a Santos um dos intendentos [vereadores] operários, para este gritar bem pertinho de mim [...] que a massa trabalhadora ia ser guiada “pelo formidável general Luiz Carlos Prestes”.⁵

É óbvio que se pode apontar que a composição social da direção trotskista não era diversa: três advogados — Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Rodolpho Coutinho — um jornalista — o próprio Aristides Lobo — e por aí vai... Mais exatamente, ambos os grupos eram compostos, de fato, de desclassificados — ou, para utilizarmos o vocabulário da época, *detraquês*. Eram advogados sem banca, professores sem alunos, arraia-miúda das redações, cuja posição social só se definia a partir da sua situação de *exclusão*. O problema, no entanto — sustentarão os opositoristas — não é a origem de classe da direção, mas a política de classe que ela exerce. Na medida em que renunciava ao trabalho de organização capilar do interesse operário nos sindicatos, o PCB acabava dirigindo sua política para uma aliança *de cúpula*, e apenas da cúpula, com alguns tenentes, e, ao invés de fornecer uma escola de participação política para a classe operária como um todo, contribuía para perpetuar, de fato, a exclusão política da mesma enquanto classe, por mais que cooptasse individualmente operários para formarem a sua cúpula dirigente — como, num dado momento de 1930, foi



Rodolfo Coutinho e Ho Chi Minh

feito no PCB sob pressão do Comintern stalinista.⁶ Na medida em que a atividade quotidiana de organização do interesse grupal do proletariado era abandonada em função de uma política de “grandes lances” de cúpula — nas circunstâncias do início da década de 30, uma política de grandes golpes de mão insurrecionais — o partido não oferecia espaço algum para que nele pudessem realizar-se efetivamente os interesses de massa da classe proletária.

Assim, o Partido [...] vai pouco a pouco degenerando em obscura seita religiosa cuja atividade visível é colocar bandeiras vermelhas nos fios telefônicos em dias “de guarda” e o proletariado vai se alimentando perigosamente com os restos ideológicos mastigados pela pequena burguesia messiânica e esperando com esta a “volta” do Luiz Carlos Prestes,⁷

dirão os trotskistas em 1933.⁸ Dois anos depois, quando Prestes voltou — já transformado, por imposição do Comintern, em líder *de facto* do PCB — essa política seria levada às suas últimas conseqüências: o partido patrocinaria um *putsch* que simplesmente o liquidou como organização política e que forneceria o pretexto imediato para a organização do Estado Novo e a imposição da sua hegemonia ideológica sobre a classe operária, sob a forma de corporativismo.

Nefasta a agitação que não dá ao proletariado

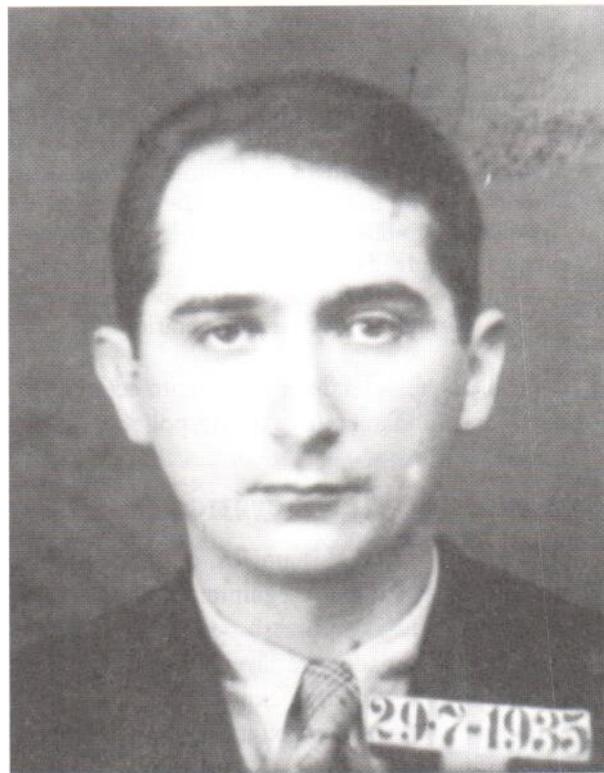


Aristides Lobo

nenhuma perspectiva política para suas tarefas imediatas. Criminosa a atividade do Partido, que sacrificou a vanguarda proletária aos interesses facciosos de uma casta de funcionários carreiristas.⁹

Pois toda a questão da “revolução permanente” está exatamente aí: na medida em que a burguesia utilizará a base material provida pelo desenvolvimento econômico para realizar os *seus* interesses políticos – sempre individualizantes e anti-sociais – todo o sentido da política comunista só poderia ser o de empregar as circunstâncias objetivas para garantir a cristalização de um interesse político *próprio* – e coletivizante – do proletariado. A atividade política do partido operário deveria, portanto, acima de tudo fornecer instrumentos para que a classe, como um todo, possa ascender à atividade política organizada de acordo com os seus interesses.

O problema, no entanto, era o de que, se os stalinistas recusavam-se a considerar a questão sindical como um lento processo de acumulação de forças, tal não se devia à má-fé da sua cúpula, e sim devido ao fato de que a cúpula considerava tal processo de organização lenta como, de fato, desnecessário; na medida em que o desenvolvimento econômico capitalista gera, inevitavelmente, crises, tais crises, também inevitavelmente, determinariam o surgimento de um interesse proletário que se imporia, por si mesmo, na arena po-



Mario Pedrosa

lítica.¹⁰ Mas isso levava, de fato, o PCB a fazer uma política de propaganda de princípios, sem maior atenção à política sindical concreta, o que acabava por deixar os sindicatos como uma massa de manobra do aparato de Estado burguês. Nas palavras dos trotskistas, o erro fundamental da atividade do PCB estava em que:

Não devemos opor, como o Partido o vem fazendo, uma barreira entre os interesses superiores, históricos, finais do Proletariado – a conquista do poder pela insurreição – e os interesses diários, simples, econômicos ou mesmo corporativos das massas populares [...] Ninguém constrói uma casa começando pelo telhado.¹¹

Mas a questão da política comunista é apenas a parte visível de uma questão maior: qual seja a de por que o desenvolvimento econômico do país não oferece bases reais para uma política *democrática radical*, no sentido mais geral da palavra; por que o desenvolvimento, longe de amortecer o conflito de classes, de fato o torna mais agudo, na medida em que, a cada esforço de organização operária, redobram os esforços da burguesia de repressão, principalmente centralizando a tarefa repressiva nas mãos do Estado? Comentando o destino da política radical democrática dos anos 20 e de suas principais figuras após a Revolução de 30, dirão os trotskistas:

A burguesia não tem mais interesse direto na realização das reivindicações democráticas. Exemplo vivo disso é a atuação de Maurício de Lacerda e [Batista] Luzardo, ambos pregoeiros verborrágicos do liberalismo, ídolos de barro da pequena burguesia. O primeiro [...] assina artigos laudatórios e bombásticos, endeusando os generais heróis de bobagem da “revolução”. O outro aceita gulosa e cinicamente o cargo de chefe de polícia [do Rio de Janeiro], continuando e aperfeiçoando, se isso é possível, a repressão brutal do movimento operário[...]¹²

O problema é: se há desenvolvimento econômico, por que o aprofundamento do atraso político?

A questão democrática

Segundo Pedrosa e seus amigos, o grande problema que se colocava aí era o seguinte: numa sociedade capitalista periférica, o processo de desenvolvimento encontra-se subordinado a variáveis (abertura de mercados para produtos de agro-exportação, movimento autônomo de investimentos externos) *externas* à economia nacional em si; são as “convulsões do imperialismo” de que falam Pedrosa e Xavier. Em si mesma, a economia nacional do Brasil da República Velha, organizada em torno do pólo cafeeiro, encontrava-se orientada, na sua totalidade, para o exterior, a partir do qual se realizava seu movimento de reprodução. Em tal situação, não existe um movimento dinâmico autônomo através do qual essa sociedade pudesse incluir no seu interior, com direitos civis e políticos, os deserdados que ela criava, em função das convulsões econômicas – sempre vindas de fora – a que estava submetida. Nessa sociedade, portanto, cada interesse de classe – e muito especialmente os interesses burgueses, mas não apenas eles – buscava no aparato do estado uma base material de sustentação:

A burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz.¹³

Portanto, a sociedade brasileira, diferentemente de uma sociedade burguesa avançada, tomava a cidadania — entendida como igualdade formal — não como condição natural, mas como *privilégio*:

No Brasil todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, têm, para o governo, um caráter subversivo [...] Os chamados liberais aplaudem a

repressão policial quando esta se exerce sobre as organizações proletárias.¹⁴

Pois a base econômica, ainda que ampla, não possui uma estabilidade dinâmica *interna* que garanta uma auto-reprodução minimamente ordenada e previsível. Na medida em que as crises econômicas, numa economia agro-exportadora, são fundamentalmente crises de demanda externa, elas adquirem um caráter particularmente perverso porque vêm de fora – e, ainda por cima, potencializadas pelos instrumentos de política econômica de uso mais comum no período, como, por exemplo, o padrão-ouro, que forçava a desvalorização imediata da moeda assim que ocorria uma queda de reservas, provocando quedas catastróficas no padrão de vida da população minimamente integrada ao mercado (como já havia ocorrido no início do século, durante a gestão de Joaquim Murinho no Ministério da Fazenda de Campos Sales). Tornou-se cada vez mais necessário que o Estado interviesse na economia – o que fez – para preservar interesses capitalistas e pequeno-burgueses particulares. A sociedade burguesa, no Brasil, perpetuou-se, assim, com base numa dinâmica usualmente associada a sociedades aristocráticas: a da criação de privilégios – o que resultou na combinação do desenvolvimento econômico – fundados na intervenção estatal, com o atraso político expresso sob a forma de uma garantia ativa de retornos, isenções, créditos, renúncias fiscais, etc. Admitir isso implicava a necessidade de constatar que a luta pelas liberdades democráticas extensas já era, de certa forma, anticapitalista (o que é o cerne da teoria da revolução permanente).

Nesse contexto, a Revolução de 1930 significou, portanto, fundamentalmente que a velha oligarquia paulista devesse ceder parte desses privilégios de acesso ao apoio do Estado a outros setores da burguesia agrária:

Se a indústria de São Paulo carece de mercados, a indústria surgente e o caráter policultor do Rio Grande do Sul exigem uma proteção mais atenciosa do governo central. A produção variada de Minas Gerais e suas perspectivas de desenvolvimento reclamam participação maior no poder central [...] O Nordeste exige uma intervenção menos precária da União[...] para tornar possível um desenvolvimento mais regular de suas produções.¹⁵

Assim, a Revolução de 30 foi *efetivamente uma revolução burguesa* na medida em que criou um aparato de poder *nacional* onde a *generalidade* dos interesses capitalistas nacionais encontrava-se representada no

aparato de Estado; constituiu, por assim dizer, a revolução *política* da burguesia brasileira, já que criou mecanismos institucionais a partir dos quais podia realizar-se uma política coerente destinada à preservação da sociedade capitalista na sua generalidade; mas, precisamente por isso, fechou hermeticamente o acesso ao aparato de Estado a quaisquer outros interesses que não os interesses capitalistas reconhecidos pelo Estado.

De novo a questão sindical

Nessa corrida de acesso a privilégios de “estadania”, para utilizar uma expressão posterior de José Murilo de Carvalho, a classe operária deveria ser objeto de uma estratégia de cooptação do aparato estatal varguista, a qual foi violentamente combatida pelo PCB em nome da idéia da constituição exclusiva de “sindicatos vermelhos”, opostos aos sindicatos paraestatais oficiais. Ora, a oposição de esquerda percebeu que a burocracia do PC, assim, tentava colocar-se como único intermediário possível entre a classe operária e o aparato de Estado, numa estratégia que poderia interessar a ela, como burocracia, mas que pouco interessava à classe operária como um todo, que só poderia participar efetivamente do processo político se tomasse como ponto de partida o acesso à “estadania” conferido pela legislação de Vargas, e não de outra forma:

O que se torna necessário, antes de tudo, é reunir todas as organizações operárias EXISTENTES para lutar por objetivos comuns, bem definidos e antecipadamente aceitos por essas organizações. Como infelizmente não existem só operários conscientes ou comunistas, e, pelo contrário, a maioria da massa operária não nos segue, é corporativista quando organizada, ou indiferente e totalmente inorganizada, é-se forçado a apresentar reivindicações que essas massas [...] possam compreender e aceitem logo. Se todo, ou a maioria do proletariado fosse comunista [...] a condição principal da Revolução Proletária estaria realizada.¹⁶

Uma das maiores cabeças acadêmicas atuais – daquelas saídas da tradição de reflexão marxista fundada pelo PCB – considerou recentemente que o pensamento de esquerda no Brasil, ao abrir-se mais e mais para a valorização de uma consciência nacional – como evidenciado pela política adotada pelo PCB, do segundo Governo Vargas ao golpe de 1964, de colaborar com as diversas facções nacionalistas – de fato deixou-se cooptar por uma ideologia direitista que coloca a coesão das classes, em torno do aparato estatal bonapartista, acima

dos interesses particulares de cada uma das mesmas classes, como seria próprio de uma democracia liberal-burguesa desenvolvida.¹⁷ Essa reflexão é correta; no entanto, padece do fato de que, para o seu autor, o marxismo, às vezes, seja fundamentalmente um anti-varguismo – para não dizer um antibrizolismo. Pois o grande problema do fenômeno bonapartista varguista – e da sua legitimidade – na política brasileira pós-1930 está precisamente no fato de que a inserção dos diversos interesses de classe no corpo político da sociedade *não se realiza pela simples via do processo de desenvolvimento econômico* – sempre demasiadamente limitado e excludente para tal – mas depende de uma encampação, pelo aparato estatal, desses interesses; operar no interior do sindicalismo paraestatal varguista era absolutamente necessário para que o interesse operário viesse a encontrar um desaguadouro político – o que se opunha diretamente ao sectarismo ultra-esquerdista adotado pelo PCB na época, o qual privilegiava absolutamente uma via de tomada do poder puramente insurrecional em direção à “revolução nacional-libertadora”, em que as lutas de facção no interior da política burguesa eram desvalorizadas como simples oposição entre diversas camarilhas pró-imperialistas:

Levanta-se a burguesia de S. Paulo contra a ditadura? Berra a burocracia, que dias antes negara sequer a possibilidade de novos conflitos armados entre as facções burguesas: “ao proletariado não interessam essas briguinhas entre facções burguesas. Queremos um governo operário e camponês!”. E [...] conclui disparatadamente, lançando palavras de ordem para a corporação dos choferes, concitando os marinheiros a entrar em massa para o Partido.¹⁸

Pois, na medida em que, no esquema bonapartista vigente, o acesso ao aparato de Estado é a chave da possibilidade de expressão de cada interesse de classe, então apenas o trabalho interno a esse aparato é que permitiria impulsionar a luta por direitos sociais e políticos:

O “desenvolvimento combinado” da nação que se industrializa, no quadro da economia colonial, impede que a evolução das formas de dominação política da burguesia se faça nos quadros normais da democracia, isto é, as palavras de ordem democráticas transformam-se em arma nas mãos do Partido do Proletariado, que congrega assim as massas oprimidas numa etapa *concreta* e por isso mesmo inevitável.¹⁹

Pode-se imaginar perfeitamente, tivessem os comunistas disputado a hegemonia ideológica no interior do aparato sindical varguista, em vez de se limitar à defesa abstrata da revolução nacional libertadora, o que

poderia ter sido a história posterior da esquerda até 1964 e além... Os becos sem saída da confiança no “dispositivo militar” de Goulart, ou da “luta armada” travada em isolamento absoluto das massas populares, jamais ter-se-iam colocado – pelo menos não da forma como efetivamente ocorreram... Pois, de fato, o problema que se punha era justamente opor à confiança cega num esquema abstrato – o da inevitabilidade do desenvolvimento burguês em direção à democracia liberal e daí ao socialismo – a necessidade de dar condições às classes populares de serem capazes de expressar politicamente seus interesses próprios:

O dever da Oposição de Esquerda é, pois, lutar incessantemente pelas palavras de ordem democráticas, ao lado das reivindicações de classe do proletariado, para salvaguardar a posição estratégica fundamental – a união de todos os oprimidos sob a bandeira da revolução socialista.²⁰

A SITUAÇÃO BRASILEIRA DIANTE DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Ao constituir-se como seção brasileira de oposição de esquerda internacional, o Grupo Comunista Lenin (GCL) de Pedrosa e associados colocava sua adesão nos seguintes termos: “Nosso grupo adota a mesma posição de Trotski e da *Verité* [publicação trotskista francesa] em três questões — a teoria da edificação do socialismo em um só país, a questão do Comitê Anglo-russo e a Questão Chinesa.”²¹

Por que tal importância dessas três questões? Por que se encontram elas entrelaçadas?

Como se sabe, a questão do socialismo num só país partia da idéia de que, não tendo ocorrido revoluções socialistas bem-sucedidas no mundo desenvolvido após a Revolução Bolchevique, a URSS deveria ocupar-se sobretudo, na sua política internacional, em *proteger* o processo interno de construção de uma economia socialista avançada, que lhe permitisse emular as economias capitalistas avançadas. Para isso, tratava-se fundamentalmente de, por meio de acordos e concessões, satisfazer os interesses capitalistas por meio de toda sorte de acordos com a URSS, e, ao mesmo tempo, procurar não incentivar ações revolucionárias no exterior que pudessem ser tidas pelos países capitalistas como uma provocação, e que pudessem levar a uma guerra contra ela, tida como mais ou menos iminente (Stálin acreditou por muito tempo que essa guerra to-

maria a forma de uma incursão militar internacional comandada pela França; mais tarde com a chegada de Hitler ao poder, passou a pensar em termos de uma invasão alemã, que buscou aplacar aliando-se ao próprio Hitler em 1939). O interesse do Estado socialista na sua autopreservação, portanto, impunha que a URSS não incentivasse ações revolucionárias dos PCs dos países desenvolvidos — pelo menos quando essas ações não tivessem possibilidades quase certas de vitória. Bukhárin – que até o início da década de 1930 seria o aliado de Stálin e seu principal teórico — dava a essa formulação o nome de “teoria das circunstâncias excepcionais”. Ora – dirá a oposição de esquerda, em 1927: “[D]e uma parte os interesses diplomáticos da URSS, que necessitam de uma infração dos princípios bolcheviques, e de outra parte os interesses do proletariado internacional, que requerem a aplicação dos princípios bolcheviques.”²²

Ora, a oposição de esquerda percebeu que a burocracia do PC, assim, tentava colocar-se como único intermediário possível entre a classe operária e o aparato de Estado, numa estratégia que poderia interessar a ela, como burocracia, mas que pouco interessava à classe operária como um todo, que só poderia participar efetivamente do processo político se tomasse como ponto de partida o acesso à “estadania” conferido pela legislação de Vargas, e não de outra forma.

Por que seria falsa essa dicotomia aos olhos da oposição de esquerda? Principalmente porque admitir a própria existência de um “interesse da URSS” – em oposição ao interesse da classe operária internacional – era algo, do ponto de vista marxista, extremamente problemático. A “razão de Estado” era algo

dotado de existência objetiva pré-Revolução Francesa, quando a razão “do Estado” era fundamentalmente a razão individual do monarca absolutista, da sua política pessoal e da sua dinastia – que, de qualquer modo, tinha de ser executada apoiando-se num mínimo denominador comum dos interesses da aristocracia que fornecia a oficialidade e o pessoal de chancelaria encarregados de executar a política do rei. As sociedades burguesas desenvolvidas, pós-1789, sentiram esse dilema de uma forma mais aguda: de um lado, cada burguesia nacional necessita do seu próprio Estado nacional para que este venha a congregar minimamente os vários interesses setoriais da burguesia numa política única comercial, de câmbio, investimento, etc.; de outro, a burguesia, tanto ou mais do que a aristocracia absolutista encontra-se dividida em interesses setoriais que mantêm toda sorte de conexões práticas com o exterior e que buscam influenciar a ação do Estado nacional em favor do seu interesse particular e privado. Nesse sentido, é perfeitamente possível que setores ponderáveis de uma burguesia “nacional” abdicuem, na prática, de grande parte ou da quase totalidade de sua autonomia nacional face à penetração do capital estrangeiro, na medida em que tal perda de autonomia venha a satisfazer um seu interesse econômico objetivo. E, nesse ponto, uma sociedade socialista nacional não seria diferente de uma sociedade capitalista; ela acabaria por formar toda espécie de elos e conexões setoriais de interesse com o exterior, que contribuiriam para deformar sua política geral num sentido que, ao fim e ao cabo, só poderia ser anti-socialista. Em outras palavras:

[A] tendência termidoriana, que procura colocar a economia da União [Soviética] na via do desenvolvimento capitalista [é] ajudada pelos

PELA IV INTERNACIONAL ! PROLETARIOS DE TODOS OS PAIZES, UNIVOS !

A LUTA DE CLASSE

ORGÃO CENTRAL DA LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA (Bolcheviques-Leninistas) (SBLCI)

ANO V — NUM. 27 SETEMBRO DE 1935 PREÇO \$100

PELA QUARTA INTERNACIONAL!

CARTA ABERTA ÀS ORGANIZAÇÕES E GRUPOS REVOLUCIONARIOS DO PROLETARIADO

A subida de Hitler ao poder sem a menor resistência dos dois “poderosos” partidos operários, um dos quais contava com o apoio da U. R. S. S., revela definitivamente a podridão da Segunda e da Terceira Internacionais. Em Agosto de 1933, quatro organizações (A Liga dos Comunistas Internacionais, o Revolucionäre Sozialistische Partei, o Sozialistische Arbeiterpartei e L. C. I. — U. R. S. S., o Sozialistische Arbeiterpartei, o S. A. P. (a lerda), (1) formularam pela primeira vez, em um documento programático, a nova tarefa histórica: criar a Quarta Internacional. Os acontecimentos, que se sucederam desde então, confirmaram de modo irrefutável que não há outra solução.

O esmagamento do proletariado austríaco demonstra que para vencer não basta chamar as massas, no último momento, a insurreição, quando o partido já está esvaado num beco sem saída, e as massas desorientadas e abatidas pelo oportunismo desse mesmo partido. É preciso preparar systematicamente a vitória por uma política revolucionária exercida em todos os domínios do movimento operário.

A mesma lição decorre infalivelmente do esmagamento do proletariado espanhol. Não há nenhuma condição que torne possível, e ainda mais durante uma revolução, virar as costas aos trabalhadores para fazer bico com a burguesia. É impossível esperar e reclamar das massas organizadas e desorganizadas, que ellas paguem em armas, atendendo ao apelo dum partido em que perderei a confiança. A revolução proletária não pode ser improvisada ao orden de uma direção falida. É preciso preparar a revolução por meio de uma luta de classe incessante e implacável, no decorrer da qual a direção conquista a confiança infalível do partido, a vanguarda se solda a toda a classe, e a luta de proletariado o chefe de todos os explorados da cidade e do campo.

Depois do desmoronamento ignominioso da principal seção do reformismo, que era a social-democracia alemã, após a queda do alto e baixo, foi a vez da “esquerda” da Segunda Internacional, na Austria e na Espanha, de abrir falência. Mas essas terríveis lições passaram sem deixar traço: os quadros dirigentes dos reformistas nos partidos e nos sindicatos, estão degenerados até a raiz dos ossos, ligados a burgueses por interesses materiais e concepções patrióticas, e são absolutamente incapazes de entrar no caminho do luta de classe.

Os partidos da Segunda Internacional se acomodam perfeitamente com o facto do seu presidente, *bolchevique*, Vanderveide, ter-se juntado, no primeiro aceno do capital financeiro, aos católicos e negociantes liberais para salvar os bancos, a custa das massas trabalhadoras. Vanderveide foi acompanhado pelo pretencioso crítico de Marx, o organizador do “Planos, De Man; e pelo contrário de “queridos”, Spinks, que não tardou em trair a opposição socialista por uma lâmina de ministro.

O Partido Socialista *francês*, apesar das fétidas e dos avisos, continua a se apoiar, igualmente, a burguesia “republicana”, e tem mais esperanças na aliança com os radicais do que na força revolucionária do proletariado. Na *Itália*, na *Scandinávia*, na *Suécia*, em todos os países, em todas as partes do mundo, a social-democracia, apesar da paralisção do capitalismo, continua a ser o agente da burguesia na classe operária, revelando a sua incapacidade total para mobilizar as massas mesmo em sua própria defesa, como o fascismo.

Se os sucessos eleitorais do *Labour Party* o levarem outra vez ao poder, o resultado será não a transformação socialista da *Grã-Bretanha*, mas a concentração da reação imperialista, isto é, uma época de guerra civil, diante da qual a direção do *Labour Party* revelará inevitavelmente a sua completa falência. Os cretinos parlamentares e trade-unionistas terão que se convencer de que a ameaça do fascismo não é menos real na Inglaterra do que no continente.

O desenvolvimento impetuoso da crise nos Estados Unidos, a cadeia ininterrupta de grandes lutas grevistas e a organização da classe operária norte-americana, que explora com esse fim as possibilidades abertas pela demagogia do “plano” de Roosevelt, encontram em seu caminho, dentro do próprio movimento operário, forças profundamente conservadoras e burguesas. Quanto ao partido stalinista, elle está preso pelas declarações solenes de Lítvino, que em troca do reconhecimento da U. R. S. S. pelo imperialismo yankee, reteve publicamente os comunistas americanos. Este partido está corrompido por uma dezena de annos de politização sem princípios e por experiências e cambaléos com partidos que, nem por sua composição, nem por seus programas, não poderiam ser partidos proletários (*Farmut and Labour Party*, partido camponês e operário). E se ainda, segundo as ordens de Moscova, ao papel de um movimento de intelligências de espectro radical que, nos Estados Uni-

dos, também, só quer agir como um auxiliar da diplomacia estalinista. Mas a crise profunda do capitalismo americano desperta largas camadas de operários de seu sono semi-provinciano, desfaz pouco a pouco as vilões ilusões burguesas e pequeno-burguesas, impelle o proletariado a ações de classe de grande envergadura (greves do Toledó, Minneapolis, São Francisco) e cria, neste fim partido marxista revolucionário consciente de seus objetivos, a possibilidade de ganhar uma intelligência vasta e profunda sobre o desenvolvimento e a concentração da classe operária americana.

É por esse papel histórico que compete à Quarta Internacional e à sua seção americana, não somente nos dois continentes americanos, como ainda na escala mundial, tem uma importância particular, do mesmo modo que o desenvolvimento do imperialismo yankee é de mais extrema importância para o proletariado mundial.

Durante esse tempo, a Terceira Internacional não fez mais do que arruinar os restos de influencia e autoridade que adquirira nos cinco primeiros annos de sua existência. Na Austria e na Espanha, a Internacional Comunista, apesar das condições excepcionalmente favoráveis, não só foi incapaz de criar uma organização, mesmo de pouca influencia, como comprometeu, systematicamente, nos olhos dos operários, a propria idéa do partido revolucionário. O plebiscito do Sarre mostrou que o proletariado perdeu toda confiança não somente na social-democracia, como também no partido comunista, que capitulou tão vergenhosamente diante de Hitler. Na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda, na Scandinávia, nas duas Américas e no Oriente, as seções da Internacional Comunista, esmagadas por dois annos de politica nefasta, não são capazes de sair do nada.

Certamente, depois da catastrophe alemã, a Internacional Comunista substituiu a politica a aventurista do “terceiro periodo” (2) pela politica de capitulação e frente unica a qualquer preço. Entretanto a experencia da França, onde a nova revolução tomou o desenvolvimento mais completo, mostra que, em todas as suas contradicções e em todos os seus zig-zags, a Internacional Comunista tudo faz para ser o freio da revolução proletária. Repellido a criação da milicia operaria em face do perigo fascista impedido por um programma de reivindicações parciais e de apoio parlamentar, a Internacional Comunista formula a politica da piores ilusões do reformismo e do

Jornal trotskista de 1935

burocratas, [e] tem um ponto de apoio sólido no imperialismo, que procura multiplicar as ligações com ela e fica de espreita para o momento de intervir com armas na mão [...]²³

No final, nem foi necessário utilizar as armas efetivamente; bastaram as ligações... Pois, dentro de uma sociedade capitalista mundial organizada de acordo com o princípio do interesse privado, seccional, o interesse operário geral necessita ser permanentemente reordenado e reorganizado como interesse geral, caso contrário tenderá a dissolver-se em vários pequenos interesses setoriais que serão levados a buscar uma acomodação com o interesse burguês maior. É o caso do

episódio do Comitê Anglo-russo. Nesse episódio, a Comintern, durante a greve geral de 1926, na Inglaterra, preferiu, ao invés de agir através do PC britânico, fazê-lo via um Conselho Geral de Sindicatos (TUC) no interior de cuja oposição o PCGB fundiu-se. O resultado foi que, à medida que foram sendo conseguidos acordos setoriais minimamente favoráveis aos sindicatos, o TUC agiu sempre no sentido de ir gradualmente desmobilizando a atividade grevista (obviamente, no sentido desta não evoluir para a greve política). Para isso, contou o TUC com a colaboração do chefe da Minoria, o sindicalista A. A. Purcell. O que levou Trotski a declarar:

O que sustenta a Inglaterra burguesa? Não é Baldwin [o Primeiro-ministro conservador], não é Thomas, mas Purcell. O “purcellismo” é o codinome da atual estabilização da Inglaterra. É por isso que nós estimamos que *é fundamentalmente falso solidarizar-se com as massas operárias que fizeram a Greve Geral [...] com Purcell.*²⁴

Isto é: o interesse operário, por ser operário, não é necessariamente progressista, pois, quando é um interesse puramente seccional, corporativo, sua realização prática, no mais das vezes será a de um desejo de *colaboração* com a ordem burguesa, em troca de vantagens diferenciais sobre o restante da classe, mas que preservam a relação de dominação social e política da burguesia sobre a classe como um todo.

O que leva à questão chinesa. Quando Chiang Kai-shek preferiu, em abril de 1927, massacrar os comunistas de Xangai a assegurar-se do seu concurso numa futura campanha de unificação da China, isso significava que a burguesia chinesa preferiu buscar apoio no imperialismo externo, contra a ameaça da autonomia política da sua classe operária, a concentrar-se na realização de um interesse “nacional”, puramente abstrato, de uma China unificada. Pois, se, do ponto de vista da burguesia dos países subdesenvolvidos, a organização de mercado interno, de condições políticas propícias à acumulação de capital, é algo que efetivamente a interessa, do mesmo modo, para essa burguesia, importa preservar suas conexões e aproximações de interesses já existentes com o capital estrangeiro privado. A burguesia, sendo a classe dominante individualista por excelência, sempre preferirá o interesse particular efetivamente existente, a interesses gerais abstratos e hipotéticos.

Nesse sentido, toda análise da luta de classes em países atrasados como o Brasil – na opinião da oposição de esquerda – deve partir do fato de que o eixo

fundamental da vida social e política de cada um desses países encontrava-se nas várias conexões *particulares* mantidas pela burguesia desses países com o capital financeiro dos países imperialistas, e não no interesse global, unificado das várias burguesias nacionais.

O que significa isso, fundamentalmente, é que, naquele imediato pós-1930, a burguesia brasileira, de um lado, encontrava-se sem dúvida alguma disposta a afrontar, em certa medida, os interesses imediatos do imperialismo, sempre que tal postura de oposição fosse absolutamente necessária para a organização de uma economia *nacional* capitalista minimamente estruturada; em sendo assim, a burguesia brasileira acabaria apoiando iniciativas do regime de Vargas, tais como a nacionalização do subsolo, a moratória da dívida externa, já que tais iniciativas pareciam oferecer um ponto de partida pragmático para a organização de uma economia minimamente estruturada “de dentro” da área de atuação do Estado nacional – que, exatamente por ser nacional, encontrava-se acessível aos reclamos e interesses próprios dos diversos segmentos burgueses que competiam pela sua atenção e intervenção: “Os interesses imperialistas agravam ainda mais as contradições, pesam exageradamente sobre o Estado. O balanço de pagamentos sempre foi deficitário, embora o Estado não tenha conseguido outro recurso senão emprestar dinheiro em Londres e Nova York.”²⁵

Tal situação colocava o problema de que, diante da pressão dos compromissos financeiros externos, cada segmento regional da burguesia brasileira viesse a procurar uma solução própria para suas dificuldades externas – dentro das bases federativas próprias à República Velha –, o que acabaria por simplesmente esfacular a unidade nacional: “Assim, sob a dominação da burguesia a unidade nacional brasileira tende a esfacular-se ao peso da contradição entre o desenvolvimento desigual do capitalismo nos estados e a forma da federação – nas condições criadas pela pressão imperialista.”²⁶

Uma das grandes realizações da Revolução de 1930 e do regime de Vargas consistiu exatamente em salvar essa unidade nacional, opondo às pressões externas – pelo pagamento da dívida externa, pelo acesso ao mercado nacional, pela concessão de recursos econômicos – uma frente única de diversos interesses burgueses unificados sob a égide do aparato do Estado bonapartista. Nesse sentido, como já vimos, a Revolução de 1930 foi um movimento decididamente revolucionário – uma “revolução política”, pois não apenas independentizou o aparato estatal da “socieda-

de civil” representada pelos interesses das diversas oligarquias regionais, como também, pelo menos temporariamente, conseguiu criar um Estado que representasse – ainda que do ponto de vista burguês – o interesse *nacional unificado*, contra as pressões anti-nacionais representadas pela tentação de cada interesse burguês separado de tentar realizar a sua própria política separada, o que na prática poderia representar o começo da desagregação da própria unidade nacional. No entanto, os publicistas do PCB, na época, teimaram durante longo tempo em reconhecer esse caráter revolucionário do regime varguista, reduzindo a oposição entre o regime e a oligarquia paulista, por exemplo, a uma simples oposição indireta entre os interesses do imperialismo inglês (São Paulo) e o imperialismo americano (Vargas)... Postura já ironizada por Mário Pedrosa em agosto de 1930, quando do assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba e candidato à vice-presidência na chapa da Aliança Liberal no princípio daquele ano:

A *Classe* [*Operária*, jornal do PCB] escreveu outro dia que o Zé Pereira [Washington Luiz] era agente do imperialismo inglês e João Pessoa do americano. Como concorrência à Manha [jornal humorístico do barão de Itararé] está fabuloso. Como se vê, o imperialismo americano anda pesado. Acabaram com sua última esperança e seu mais valente representante.²⁷

E por que a insistência nesse esquema explicativo tão grotesco, não corroborado por qualquer evidência – seja na época, seja com a evidência atualmente disponível?²⁸ Fundamentalmente porque o esquema explicativo etapista do PCB previa que a revolução burguesa vindoura no Brasil e outros países atrasados deveria ser realizada pela burguesia industrial e pela pequena burguesia urbana, apoiando-se no campesinato, e deveria ter um cunho nacional-libertador, “antifeudal e antiimperialista”. Ora, quando os levantamentos pequeno-burgueses culminaram com a aliança entre os tenentes rebelados e as oligarquias revoltadas contra o monopólio político do PRP; quando esse rearranjo político foi acompanhado de um recrudescimento da repressão às organizações sindicais (nomeação de Batista Luzardo como chefe de Polícia do Distrito Federal e organização de um departamento específico de repressão ao comunismo), e pela mais completa indiferença à própria existência de uma questão agrária – então a saída do PCB foi a de propor que nenhuma revolução havia ocorrido, que o que teria havido era pura e simplesmente uma cisão entre oligarquias que operariam como propostas dos dois

imperialismos concorrentes. Aceitar tal interpretação, no entanto, significa colocar a Revolução de 1930 no mesmo plano dos vários conflitos armados entre oligarquias concorrentes que foram uma das feridas abertas de toda a República Velha, quando essa revolução simplesmente *aboliu* os conflitos intra-oligárquicos e instituiu, pela primeira vez, no Brasil, um interesse burguês nacional unificado.

O problema em admitir isso é que esse interesse burguês não é nem “antifeudal” – porque está aliado ao latifúndio e age em grande parte em seu favor (compra dos estoques excedentes de café, política de crédito favorável aos interesses agrários em geral), nem “antiimperialista” – na medida em que não busca afrontar diretamente os interesses externos, e sim compor com eles, apesar de todas as oposições em questões específicas (como as referentes ao pagamento da dívida externa), em que o interesse do capital financeiro externo ia contra as necessidades de organização mínima da economia nacional capitalista.

Nesse sentido, toda análise da luta de classes em países atrasados como o Brasil — na opinião da oposição de esquerda — deve partir do fato de que o eixo fundamental da vida social e política de cada um desses países encontrava-se nas várias conexões *particulares* mantidas pela burguesia desses países com o capital financeiro dos países imperialistas, e não no interesse global, unificado das várias burguesias nacionais.

E por quê? Para a oposição de esquerda, por uma razão bastante simples: pelo fato de que

O processo econômico estendeu-se pouco a pouco a todo o território nacional e o capitalismo penetrou todo o Brasil, transformando as bases econômicas mais retardatárias. À medida que progride economi-

camente, o Brasil integra-se cada vez mais à economia mundial e integra-se à esfera de atração imperialista [...] A política da burguesia orientava-se [...] no sentido da manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial.²⁹

Em outras palavras, a burguesia agrária brasileira organizou padrões de investimento e de consumo em função da sua inserção econômica específica no mercado mundial capitalista, a partir da qual organizaram-se as relações econômicas internas do país na sua generalidade. Mas, no momento em que a concorrência internacional pelos mercados capitalistas levou à Primeira Guerra Mundial e, com ela, ao fechamento dos diversos mercados nacionais, o próprio desenvolvimento da economia capitalista internacional levou à desorganização da economia nacional brasileira: “Com a Grande Guerra e o protecionismo, o crescimento industrial acentuou-se, complicando as relações de classe e os problemas decorrentes.”³⁰

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, já que os mercados internacionais tornavam-se de acesso cada vez mais difícil, passou a depender crescentemente do desenvolvimento estruturado dos mercados internos como alternativa. No entanto, esse recurso ao mercado interno, que visava fundamentalmente preservar os interesses e as condições de vida da burguesia nacional, apoiava-se, em primeiro lugar, na prioridade concedida aos interesses burgueses às expensas dos interesses das demais classes, e, sobretudo, dos trabalhadores assalariados – e semi-assalariados — rurais e urbanos: “A unidade do Brasil mantida pelo domínio da burguesia será garantida na razão direta da exploração crescente das classes oprimidas e do achatamento sistemático das condições de vida do proletariado.”³¹

Dado que, para garantir seus rendimentos privados, a burguesia nacional, já durante a República Velha, voltava-se para o Estado e determinava o conteúdo prático da sua atividade, ela simplesmente não podia admitir a existência de sindicatos legais, greves — em suma, a determinação da relação capital/trabalho pela livre ação do mercado; na medida em que o Estado tentava preservar determinadas relações sociais, sua ação *vis-à-vis* da sociedade era sobredeterminada pela “apologia dos governos fortes, a divinização da ordem [...] o fetichismo da autoridade constituída [...] a obsessão histórica da ordem do regime social.”³² A burguesia brasileira, em decorrência da fraqueza do seu poder econômico enquanto grupo social, busca, para afirmar seus interesses, meios diretamente políticos;

anula-se, portanto, diante do aparato estatal bonapartista, condena-se, crescentemente — desde a década dos 20 — à sua própria expropriação política:

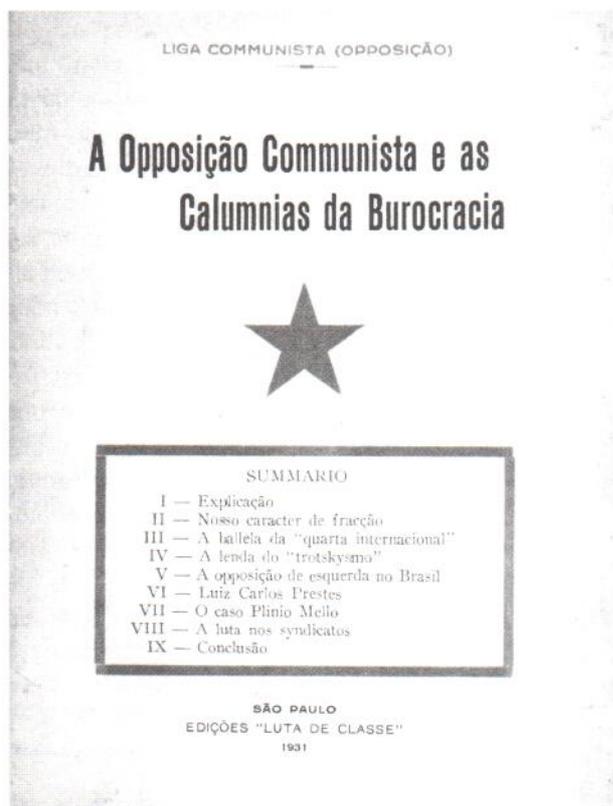
... a burguesia não pode continuar a explorar [...] a gozar tranqüilamente da propriedade [...] senão sob a condição de ver sua classe reduzida à mesma nulidade política que as outras [...] e, assim, proclama sua dominação política incompatível com a sua segurança e sua própria existência.³³

Nesse sentido, a Revolução de 1930 é ainda mais burguesa na medida mesmo em que amplia esse processo de “expropriação” política, em que o Estado, mais e mais, atrai para si um papel de organização dos interesses capitalistas não mais no quadro de uma oligarquia (ou grupo de oligarquias) reduzida, mas sim na escala da totalidade dos interesses capitalistas no âmbito do Estado nacional como um todo. Qual, no entanto, poderia ser o conteúdo social dessa ação do Estado bonapartista situado “acima das classes”? Certamente, o conteúdo prático dessas ações está ligado à constituição do mercado interno — “o desenvolvimento das rodovias, a política financeira de estabilização, a intervenção direta do governo federal nos negócios dos estados.”³⁴

O Estado, assim, eleva-se acima das diversas frações da burguesia, na medida mesmo em que subordina a totalidade da sua atividade prática aos interesses da burguesia na sua generalidade — no caso, à organização do mercado interno. Ao colocar-se “acima das classes”, ele simplesmente fecha as próprias possibilidades de orientar sua atividade no sentido de formas políticas democráticas, e, portanto, de um entendimento qualquer entre as classes, uma vez que subordina sua atividade, fundamentalmente, à criação de oportunidades de investimento para a burguesia nacional: “Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte e centralizado é condição essencial.”³⁵

Precisamente por isso, esse desenvolvimento “nacional-autárquico” do capitalismo nacional nada tem de “antiimperialista”; sem concordar com a tese pecebista da oposição entre imperialismos, Pedrosa e Xavier ligam o desenvolvimento do Estado nacional-burguês no Brasil à penetração cada vez maior do imperialismo americano após a Primeira Guerra Mundial:

O reforço gradativo do poder executivo é [...] um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como o demonstra Trotski em relação à Rússia czarista. Esse processo acentuou-se aqui (Brasil) desde a Grande



Publicação trotskista de 1931

Guerra, coincidindo com o domínio preponderante do imperialismo norte-americano no cenário mundial, especialmente na América Latina [...] a ideologia reacionária [do autoritarismo] surgiu entre a fumaça das chaminés das fábricas e dos dreadnoughts [navios de guerra] americanos.³⁶

O problema é que esse autoritarismo burguês está voltado, não para a oposição ao capital estrangeiro (no caso americano), mas para a cooperação com o mesmo; a burguesia nacional apóia-se no Estado e, através dele, persegue uma política de aceleração do desenvolvimento econômico interno e de manutenção da ordem, precisamente para conseguir criar um ambiente econômico minimamente propício à penetração do capital estrangeiro e para conseguir a sua cooperação no processo de acumulação; a burguesia oferece seu apoio ao projeto nacional, mas apenas na medida em que tal reforça sua posição de barganha no interior da rede internacional de interesses capitalistas, na qual ela encontra-se inserida desde a sua mais remota origem colonial. Ao ocupar o centro do universo da burguesia nacional, o capital financeiro internacional fornece um eixo a partir do qual se organizam as preocupações e as políticas dessa mesma burguesia, que opera, fundamentalmente, buscando a mais íntima cooperação possível com o mesmo capital estrangeiro.

Daí o autor destas linhas tender a não concordar com José Castilho Marques Neto quando este afirma que as análises da oposição de esquerda brasileira pareceriam de "eurocentrismo", por analisar os eventos políticos e sociais no Brasil tomando a Europa ocidental e os EUA como referência.³⁷ É a burguesia dos países atrasados em geral – e do Brasil em particular – que toma o mundo imperialista como sua referência principal, organizando-se social e politicamente a partir do exterior. Como dirá Lívio Xavier, em 1929, mais uma vez contestando a tese do PCB que via na oposição entre São Paulo e as outras oligarquias estaduais uma oposição entre feudalismo e industrialismo e entre o imperialismo inglês e o americano: "A ideologia 'anti-imperialista' concebe o jugo do imperialismo como uma ação mecânica exterior, única, sobre todas as classes [...] A força do imperialismo reside na ligação econômica e política do capital estrangeiro com a burguesia indígena."³⁸

Ao ocupar o centro do universo da burguesia nacional, o capital financeiro internacional fornece um eixo a partir do qual se organizam as preocupações e as políticas dessa mesma burguesia, que opera, fundamentalmente, buscando a mais íntima cooperação possível com o mesmo capital estrangeiro.

Isto é, a luta de classes, nos países atrasados, é fundamentalmente um conflito de interesses: interesse genérico dos diversos setores da burguesia nacional em *capturarem o aparato de Estado visando à satisfação de seus interesses particulares*, sem por um momento sequer abrirem mão de suas conexões com outros interesses burgueses estrangeiros, e buscando sempre dominar, pela ação de Estado, o interesse global do proletariado. Cabe a este, portanto, buscar tomar o poder para impor um projeto político que represente esse mesmo interesse coletivo, contra a anarquia dos interesses particulares da burguesia indígena, aliando-se ao proletariado organizado do exterior.

CONCLUSÕES

Portanto, na constituição da oposição de esquerda no Brasil, percebe-se o seguinte princípio ordenador: a organização para o socialismo não pode ser preparada pelo desenvolvimento econômico capitalista apenas, já que tal desenvolvimento, em si mesmo, apenas acirra a anarquia dos diversos interesses setoriais; é necessário *desenvolver conscientemente* um interesse político unificado da classe operária para que esta dê um novo sentido ao processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o trabalho teórico da oposição de esquerda representou um esforço – até hoje mais ou menos isolado – sem paralelo em toda a história do marxismo no Brasil, visto ter rompido com uma compreensão economicista e mecânica do marxismo – a qual até hoje perpetua-se, por exemplo, em certas análises de intelectuais ex-marxistas, que fazem da submissão à globalização econômica uma pré-condição para a realização do socialismo. Fundamentalmente, a oposição de esquerda propôs uma interpretação voluntarista e politizada do marxismo, politização e voluntarismos esses apoiados numa compreensão muito clara de uma *fusão* entre política e economia no capitalismo avançado – muito especialmente nos países atrasados.

Infelizmente, nas condições nacionais e internacionais do período, pouco se pôde avançar em termos práticos; se, em 1934, a oposição de esquerda conseguiu articular-se com a seção paulista do PCB para dispersar com sucesso um comício integralista na Praça da Sé, em 7 de outubro,³⁹ ainda assim, ela veio a sofrer enormemente com a repressão à esquerda a partir de 1935, e, no que diz respeito à sua direção política, com as lutas faccionais em nível internacional entre o trotskismo e o stalinismo. Esse elemento foi decisivo, na medida em que acabou sendo a posição de Mário Pedrosa, em 1940, de opor-se a Trotski na discussão sobre o caráter de classe da URSS stalinista (na qual Pedrosa, junto com grande parte dos trotskistas americanos, negava, após o Pacto Hitler/Stalin, o caráter de Estado operário, ainda que deformado) que simplesmente liquidou operacionalmente a oposição de esquerda no Brasil por um longo período. A consequência disso foi que o trotskismo brasileiro, no período 1945-1964, nada mais foi do que uma curiosidade mantida viva por alguns excêntricos (Pedrosa, no período, após algumas tentativas de organização de um partido social-democrata de esquerda, dedicou-se fundamentalmente — e brilhantemente — às atividades de crítico de artes que lhe valeram um renome

proporcional ao desconhecimento absoluto em que caíram seus trabalhos políticos). O trotskismo no Brasil reorganizar-se-ia, fundamentalmente, a partir, primeiro, dos esforços da IV Internacional de Ernest Mandel em recuperar uma seção brasileira — esforços esses, no entanto, gravemente comprometidos pelo fato de a política da “Quarta”, para a América Latina, ser dirigida localmente pelo argentino J. Posadas, cujo ultra-esquerdismo – e posterior paranóia – só não se pode dizer que enterraram o trotskismo na América Latina, porque as organizações trotskistas já eram insubstanciais demais para se considerar que sua atividade tenha feito alguma diferença. De qualquer modo, o trotskismo brasileiro atual é fundamentalmente um produto da combinação de escapados do posadismo dos anos 60 (duramente reprimidos, aliás, pela ditadura) e, principalmente, dos grupos construídos a partir de grupamentos internacionais nos anos 70 – o principal dos quais, a Convergência Socialista, organizou-se a partir da corrente do argentino Moreno. Mas esta já é outra história...

NOTAS

- 1 “Aos trabalhadores do Brasil”, em *Boletim da Oposição*, nº 1, janeiro de 1931, *apud Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930 – 1933* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987), pp. 62-63.
- 2 “Desanimei de uma vez de ir, hoje mesmo que te escrevo. O Congresso bolchevique do PR expulsou Trotski e a oposição do Partido! Acabou assim com a oposição” (“Carta de Mário Pedrosa a Aristides Lobo”, 24-2-1927, *apud* José Castilho Marques Neto, *A solidão revolucionária* (São Paulo: Paz e Terra, 1993), p. 283).
- 3 *Ibid.*, pp. 99 e 106-108.
- 4 *Ibid.*, pp. 91-92.
- 5 Aristides Lobo, “Carta Aberta aos Membros do Partido Comunista”, folheto, em *Na contracorrente da história*, cit., pp. 46-48.
- 6 *Ibid.*, pp. 51-52.
- 7 “Projeto de Teses sobre a situação nacional”, original datilografado, em *Na contracorrente da história*, cit., p. 150.
- 8 *Ibid.*, p. 156.
- 9 *Ibid.*, p. 151.
- 10 Forma de atuação que o PCB repetirá, quanto a sua política eleitoral, no período 1946-1964, desdenhando sistematicamente de fazer uma política conseqüente de conquista de cadeiras e votos, na medida em que pratica sistematicamente o absentismo e o voto nulo, nas palavras de Gildo Marçal Brandão: “Nesse sentido, mesmo quando opta pela ‘via pacífica da revolução’ [o PCB] está longe de considerar o caminho eleitoral um método eficaz de luta pelo poder — ao contrário, insiste sempre que o poder está situado em outro lugar” (*A esquerda positiva* (São Paulo: Hucitec, 1997), p. 188).
- 11 “Carta aos Camaradas do Partido Comunista”, folheto impresso, 4 páginas, em *Na contracorrente da história*, pp. 123-124.
- 12 “Aos trabalhadores do Brasil”, *Boletim da Oposição*, nº 1, ja-



Lênin e Trotsky

- neiro de 1931, em *Na contracorrente da história*, cit., p. 61.
- 13 “Esboço de uma análise da situação política e social do Brasil”, em *La Lutte de Classes*, nº 28-29, fev-mar. 1931 (o original em português foi destruído pela polícia), cf. *Na contracorrente da história*, cit., p. 74.
- 14 *Ibid.*, p. 76.
- 15 *Ibid.*, p. 80.
- 16 “Carta aos Camaradas do Partido Comunista”, julho de 1932, folheto impresso, em *Na contracorrente da história*, cit., p. 125.
- 17 Luiz Werneck Viana, *A transição* (Rio de Janeiro: Revan, 1989), pp. 47-64, *passim*.
- 18 “Projeto de teses sobre a situação nacional”, cit., p. 150.
- 19 *Ibid.*, pp. 165-166, grifo meu.
- 20 *Ibid.*, pp. 168-169.
- 21 Castilho Marques Neto, *A solidão revolucionária*, cit., p. 52.
- 22 “Declaração dos 3.000”, *apud* Castilho Marques Neto, *A solidão revolucionária*, cit., p. 66.
- 23 “Plataforma da Oposição [Russa], 1927”, *apud* Castilho Marques Neto, *A solidão revolucionária*, cit., p. 41 (grifo meu).
- 24 *Ibid.*, p. 67 (grifos meus).
- 25 “Esboço de uma análise”, cit., p. 80.
- 26 “Projeto de teses”, cit., p. 159.
- 27 “Carta a Lívio Xavier, julho de 1930”, em *A solidão revolucionária*, cit., p. 329.
- 28 A embaixada americana manteve-se absolutamente indiferente diante dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, tendo o cônsul americano em São Paulo se mantido em estreito contato com seu colega britânico durante o bombardeio da cidade em 1924. O inventor dessa formulação teórica das lutas políticas da pequena burguesia em países atrasados como se apoiando no imperialismo americano parece haver sido o comunista suíço [bukharinista] Humbert-Droz, que foi feito responsável pela seção latina da III Internacional stalinizada no seu V Congresso de 1928; cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão* (São Paulo: Cia. das Letras, 1991), pp. 63-84.
- 29 “Esboço de uma análise”, cit., p. 72.
- 30 *Ibidem*.
- 31 *Ibid.*, p. 81.
- 32 *Ibid.*, p. 75.
- 33 *Ibid.*, p. 76.
- 34 *Ibid.*, p. 74.
- 35 *Ibidem*.
- 36 *Ibid.*, p. 75.
- 37 *Ibid.*, p. 70.
- 38 *Apud* “Esboço de uma análise”, cit., p. 151.
- 39 Osvaldo Coggiola, *O trotskismo na América Latina* (São Paulo: Brasiliense, 1984), p. 34.